



CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 08/2021

Contrato que entre si celebram a **Câmara Municipal de Cachoeiro de Itapemirim do Estado do Espírito Santo** e a empresa **C.H.LOVATO COSSI ME**, na qualidade de CONTRATANTE e CONTRATADA, respectivamente, para o fim expresso nas cláusulas que o integram.

A **Câmara Municipal de Cachoeiro de Itapemirim do Estado do Espírito Santo**, com sede na rua Pça Jerônimo Monteiro, n.º 70, Centro – Cachoeiro de Itapemirim - ES, inscrita no CNPJ-MF sob o nº 31.723.265/0001-41, neste ato representado por seu Presidente Sr. **BRÁS ZAGOTTO**, portador do CPF-MF nº 076.188.037-22 e RG nº 890.797 SPTC/ES, doravante denominado CONTRATANTE, adiante designada apenas como CÂMARA e, de outro lado, a empresa **C.H.LOVATO COSSI ME**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ-MF sob o nº 00.410.869/0001-04, com sede na rua Paulo Roberto Campos, nº 02-08, bairro Vila Rica em Cachoeiro de Itapemirim - ES, por sua representante legal, Carlos Henrique Lovato Nascimento Cossi, portador do CPF nº 020.126.237-19 e RG nº 1092073 SPTC/ES, doravante denominada CONTRATADA, resolvem firmar o presente contrato de **Contratação de empresa especializada na execução de Serviço alarme (locação) para o prédio da Câmara Municipal de Cachoeiro de Itapemirim e fechadura eletrônica para a porta do 2º andar (plenário) que é de entrada exclusiva dos vereadores, conforme termo de referência**, Dispensa de Licitação, art. 24, inciso II Processo nº **6069/2020**, tudo de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 e alterações, que se regerá mediante as Cláusulas e condições que subseguem:

“Feliz a Nação cujo Deus é o Senhor”

Portal da Câmara
www.cachoeirodeitapemirim.es.leg.br

Processo Legislativo
<http://nopapercloud.cachoeirodeitapemirim.es.leg.br>

Transparência
www.transparencia.cachoeirodeitapemirim.es.leg.br/



Autenticidade do documento em <http://www.cachoeirodeitapemirim.es.leg.br/cidadania/validar> com o código de verificação 01070818803722000640054005404109. Documento assinado digitalmente conforme a Lei nº 11.092/2006, art. 4º, inciso I, da Lei nº 13.127/2016 de Chaves Públicas Brasileira - ICP - Brasil.





CLÁUSULA PRIMEIRA – Do Objeto

1.1 – Constitui objeto do presente contrato o de **Contratação de empresa especializada na execução de Serviço alarme (locação) para o prédio da Câmara Municipal de Cachoeiro de Itapemirim e fechadura eletrônica para a porta do 2º andar (plenário) que é de entrada exclusiva dos vereadores**, situada no endereço supracitado no preâmbulo.

CLÁUSULA SEGUNDA – Dotação Orçamentária

2.1 - As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta da dotação:
3.3.90.39.77 –VIGILÂNCIA OSTENSIVA MONITORADA

CLÁUSULA TERCEIRA – Valor do Contrato

3.1 – O valor global do presente contrato é de R\$ 3.360,00 (três mil, trezentos e sessenta reais), sendo R\$ 280,00 (duzentos e oitenta reais) referentes ao período mensal, e nele encontram-se inclusos todos os custos de fornecimento, dentre eles, os encargos sociais, impostos, taxas, seguros, transportes, embalagens, licenças, despesas de frete, garantias e todas as demais despesas necessárias para o fornecimento do respectivo objeto.

CLÁUSULA QUARTA – Prazos

4.1 – O prazo para assinatura do Contrato é de 02 (dois) dias úteis, contados a partir da data da convocação para esse fim.

4.2 – O prazo de duração do Contrato terá início no dia da assinatura deste e terá duração até o dia 04 de Julho de 2022, podendo ser prorrogado conforme art. 57 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA QUINTA – Obrigações da Contratante

5.1 – Emitir a Nota de Empenho.

“Feliz a Nação cujo Deus é o Senhor”





5.2 – Fornecer à CONTRATADA, junto com cópia da Nota de Empenho, todos os elementos que possam ser indispensáveis ao fornecimento do serviço.

5.3 – Atestar a eficaz prestação do serviço, observando as condições estabelecidas neste Contrato.

5.4 – Designar, previamente, servidor responsável pelo acompanhamento e fiscalização deste Contrato.

5.5 – Efetuar o pagamento à CONTRATADA, nos termos estabelecidos na Cláusula Oitava deste Contrato.

CLÁUSULA SEXTA – Das obrigações da Contratada

6.1 – A CONTRATADA prestará a CONTRATANTE, o serviço de alarme (serviço de locação) para o prédio da Câmara Municipal de Cachoeiro de Itapemirim, conforme termo de referência

6.2 – O compromisso assumido pela CONTRATADA é de fornecer o serviço de alarme (serviço de locação) para o prédio da Câmara Municipal com instalação dos seguintes equipamentos em comodato a saber:

6.2.1 – Central de alarme com monitoramento via rede e telefone -01;

6.2.2 – Bateria 12 volts - 02;

6.2.3 – Sirene -02;

6.2.4 – Sensores - 12;

6.2.5 – Cabo UTP (quantidade necessária para todas as instalações);

6.2.6 – Controle de acesso - 01;

6.2.7 – Fechadura 12 volts - 01;

6.2.8 – Carregador para controle de acesso – 01;

6.2.9 - Controlador de carga contínua para bateria

“Feliz a Nação cujo Deus é o Senhor”





6.3 – A manutenção dos equipamentos instalados pela CONTRATADA na propriedade do CONTRATANTE, será executada somente no horário comercial, de segunda a sexta-feira, das 8:00 às 18:00 horas.

6.4 – Em caso de notificação dos sensores para a central, as providências a serem tomadas serão :

a) Se o alarme disparar fora do horário a contratada ligará para o número que a Câmara fornecerá e é de responsabilidade da pessoa que recebeu essa ligação de ligar para a polícia;

6.5 – A contratada deverá aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e supressões que se fizerem necessários nos serviços a serem prestados, até o limite estabelecido na legislação em vigor.

6.6 – Responsabilizar-se pelo integral fornecimento dos serviços, inclusive no que se referir a observância da legislação em vigor.

6.7 – Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e demais ônus necessários à execução do Contrato.

6.8 – Responsabilizar-se civil e penalmente pelos danos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato, não incluindo esta responsabilidade à fiscalização.

6.9 – Manter durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação.

6.10 – Permitir e facilitar a fiscalização do Contrato, em qualquer dia e hora, devendo prestar todos os informes e esclarecimentos solicitados.

6.11 – Efetuar o pagamento de seus empregados nos prazos legais, independente do recebimento da fatura.

6.12 – Cercar seus empregados de garantias e proteções legais, nos termos da legislação trabalhista, inclusive em relação à higiene, segurança e medicina do trabalho, fornecendo os adequados equipamentos de segurança e proteção individual, no que couber, a todos os componentes de suas equipes de trabalho ou aqueles que por qualquer motivo estejam envolvidos com a prestação dos serviços.

“Feliz a Nação cujo Deus é o Senhor”





6.13 – A CONTRATADA deverá registrar as ocorrências havidas durante a execução do presente Contrato, de tudo dando ciência à CONTRATANTE, respondendo integralmente por sua omissão.

6.14 – A CONTRATADA deverá indicar preposto com poderes de decisão amplos e irrestritos, compatíveis com o objeto deste Contrato, que ficará responsável para responder junto ao CONTRATANTE, acerca de quaisquer falhas ou dúvidas ocorridas durante a vigência do Contrato, ficando desde já acordado que o mesmo deverá reportar-se exclusivamente ao servidor designado para acompanhamento e fiscalização.

6.15 – A CONTRATADA deverá executar os serviços, nos quantitativos especificados em sua proposta de preços, para o cumprimento do objeto contratado.

CLÁUSULA SÉTIMA – Fiscalização

7.1 – O acompanhamento e fiscalização para o fiel cumprimento e execução deste Contrato serão feitos por servidor, previamente indicado pela Presidência e nomeado por Portaria, a quem caberá a responsabilidade de fazer cumprir, rigorosamente, os prazos, condições e disposições deste Contrato, bem como comunicar às autoridades competentes qualquer eventualidade que gere a necessidade de medidas de ordem legal e/ou administrativa.

7.2 – A atuação da Fiscalização em nada restringe a responsabilidade única e integral da CONTRATADA, no que concerne aos serviços fornecidos, à execução do Contrato e as implicações próximas ou remotas, perante o CONTRATANTE ou terceiros, do mesmo modo que a ocorrência de eventuais irregularidades na execução do Contrato não implica em co-responsabilidade do CONTRATANTE.

7.3 – A CONTRATADA deve permitir e oferecer condições para a mais completa fiscalização do CONTRATANTE, fornecendo informações e propiciando o acesso às documentações referentes ao objeto contratado, bem como atendendo as observações e exigências apresentadas pela fiscalização.

CLÁUSULA OITAVA – Pagamento

“Feliz a Nação cujo Deus é o Senhor”





8.1 – A CONTRATANTE efetuará o pagamento à CONTRATADA em 30 dias contados da apresentação da Nota Fiscal correspondente, devidamente aceita e atestada pelo Fiscal do Contrato, vedada à antecipação de pagamento, para cada faturamento.

8.2 – A Nota Fiscal deverá ser apresentada após a expedição do Termo de Recebimento Definitivo pelo setor requisitante.

8.3 – Ocorrendo erros na apresentação do(s) documento(s) fiscal(is), o(s) mesmo(s) será(ão) devolvido(s) à CONTRATADA para correção, ficando estabelecido que o prazo para pagamento será contado a partir da data de apresentação da nova fatura, devidamente corrigida.

8.4 – A CONTRATANTE poderá deduzir do pagamento importâncias que a qualquer título lhe forem devidos pela CONTRATADA, em decorrência de inadimplemento contratual ou outras de responsabilidade da CONTRATADA.

8.5 – O pagamento somente será efetuado mediante:

a) Prova de regularidade com a Fazenda Federal, Estadual (do domicílio ou sede da CONTRATADA) e Municipal (onde for sediada a empresa e a do Município de Cachoeiro de Itapemirim, quando a sede não for deste Município), através de certidões expedidas pelos órgãos competentes, que estejam dentro do prazo de validade expresso na própria certidão;

b) Prova de situação regular perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, através da apresentação do CRF – Certificado de Regularidade do FGTS;

c) Prova de situação regular perante o Instituto Nacional da Seguridade Social – INSS, através da apresentação da CND – Certidão Negativa de Débitos.

8.6 – O pagamento será efetivado mediante depósito em conta corrente, em qualquer agência da rede bancária, indicada pela CONTRATADA.

8.7 – De acordo com a Portaria Municipal nº465/05, Artigo 1º, §§ 1º e 2º, o CNPJ ou CPF constante do respectivo processo e o CNPJ ou CPF da conta bancária deverão ser coincidentes. Não serão efetuados créditos em contas:

a) de empresas associadas;

b) de matriz para filial;

“Feliz a Nação cujo Deus é o Senhor”





- c) de filial para matriz;
- d) de sócio;
- e) de representante;
- f) de procurador, sob qualquer condição.

8.8 – É vedada a antecipação de quaisquer pagamentos sem o cumprimento das condições estabelecidas neste Contrato.

8.9 – Nenhum pagamento será efetuado a CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplemento contratual.

8.10 – A CONTRATADA arcará com todos os custos referentes à mão de obra direta e/ou indireta, acrescidos de todos os encargos sociais e obrigações de ordem trabalhista, recursos materiais, transportes seguros de qualquer natureza, perdas eventuais, despesas administrativas, tributos e demais encargos necessários a prestação dos serviços objeto deste Contrato.

CLÁUSULA NONA – Penalidades

9.1 – A CONTRATADA deverá observar rigorosamente as condições estabelecidas para a realização do objeto contratado, sujeitando-se às penalidades constantes na Lei 8.666/93 e suas alterações.

9.2 – Na hipótese da CONTRATADA deixar de cumprir as obrigações estabelecidas por este Contrato, poderão ser aplicadas as seguintes penalidades:

- a) Advertência;
- b) Multa de 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso;
- c) Multa de 10% (dez por cento) pelo descumprimento do Contrato;
- d) Suspensão para contratar com a Administração;
- e) Declaração de inidoneidade para contratar com a Administração Pública Municipal.

“Feliz a Nação cujo Deus é o Senhor”





9.3 – As multas previstas nas alíneas “b” e “c” do item acima serão descontadas de imediato no pagamento devido ou cobradas judicialmente, se for o caso.

9.4 – Antes da aplicação de qualquer das penalidades, a CONTRATADA será advertida, devendo apresentar defesa em 05 (cinco) dias úteis.

9.5 – A CONTRATADA, durante a execução do Contrato, somente poderá receber 03 (três) advertências, quando, então, será declarado o descumprimento do Contrato, com a aplicação das penalidades cabíveis. A CONTRATANTE, porém, poderá considerar rescindido o contrato mesmo que só tenha ocorrido uma advertência.

9.6 – As advertências, quando seguidas de justificativa aceita pela CONTRATANTE, não serão computadas para o fim previsto no item 9.5.

9.7 – As advertências, quando não seguidas de justificativa aceita pela CONTRATANTE, darão ensejo à aplicação das penalidades das letras “b” a “e” do item 9.2.

9.8 – As multas previstas nas letras “b” e “c” poderão ser aplicadas em conjunto e cumuladas com uma das penalidades previstas nas letras “d” e “e”, todas do item 9.2.

9.9 – A multa moratória será calculada do momento em que ocorreu o fato gerador e não da advertência, estando limitada a 10% (dez por cento), quando deverá ser rescindido o Contrato e aplicada, também, a multa cominatória de 10% (dez por cento). Poderá a CONTRATANTE, entretanto, antes de atingido o pré falado limite, rescindir o Contrato em razão do atraso.

9.10 – A CONTRATADA poderá considerar outros fatos, que não o simples atraso na execução do serviço, para entender rescindido o Contrato.

9.11 – As multas serão calculadas pelo valor total do Contrato.

9.12 – Se o descumprimento do Contrato gerar consequências graves para a CONTRATANTE, poderá esta, além de rescindir o Contrato, aplicar uma das penalidades previstas na letra “d” ou “e” do item 9.2.

9.13 – Se os danos puderem atingir a Administração Pública Municipal como um todo, será aplicada pena de Declaração de Inidoneidade.

9.14 – A dosagem da pena e a dimensão do dano serão identificadas pelo Fiscal do Contrato e informados ao Setor Financeiro da Câmara Municipal.

“Feliz a Nação cujo Deus é o Senhor”





9.15 – Quando declarada a Inidoneidade da CONTRATADA, o setor responsável submeterá sua decisão ao Procurador Legislativo Geral, a fim de que, se confirmada, tenha efeito perante a Administração Pública.

9.16 – Não confirmada a Declaração de Inidoneidade, será esta considerada como suspensão para contratar com a Administração Pública pelo prazo máximo de 02 (dois) anos.

9.17 – Poderão ser declaradas inidôneas ou receberem a pena de suspensão as empresas ou profissionais que, em razão dos contratos regidos pela Lei nº 8.666/93:

- a) Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- b) Tenham praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos de licitação;
- c) Demonstrarem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude da prática e de atos ilícitos.

CLÁUSULA DÉCIMA – Alterações Contratuais

10.1 - O Contrato poderá ser alterado, de acordo com o disposto no artigo 65 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Rescisão

11.1 – A rescisão do contrato poderá ser determinada por ato unilateral e escrito da Administração Municipal, nos casos previstos no artigo 78 a 80 da Lei 8.666/93.

11.2 – A inexecução total ou parcial do contrato enseja sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – Das disposições gerais

“Feliz a Nação cujo Deus é o Senhor”





12.1 - Para os casos omissos será aplicada a legislação que couber, obedecida as disposições previstas na Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

12.2 – Este contrato está regido pela forma de dispensa de Licitação, conforme preceitua o art. 24, Inc. II, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – Do Foro

13.1 - Para dirimir as questões oriundas deste Contrato, fica eleito o Foro de Cachoeiro de Itapemirim – ES, Vara dos Feitos da Fazenda Pública Municipal.

E por estarem de pleno e comum acordo, assinam o presente instrumento contratual, em três vias de igual teor e forma, para um só efeito legal, na presença das testemunhas abaixo.

Cachoeiro de Itapemirim/ES, 05 de Julho de 2021.

“Feliz a Nação cujo Deus é o Senhor”

Portal da Câmara
www.cachoeirodeitapemirim.es.leg.br

Processo Legislativo
<http://nopapercloud.cachoeirodeitapemirim.es.leg.br>

Transparência
www.transparencia.cachoeirodeitapemirim.es.leg.br/



Autenticidade do documento em <http://www.cachoeirodeitapemirim.es.leg.br/nopapercloud> com o código de verificação 0100866881853585823003640962540052064109. Documento assinado digitalmente conforme a Lei nº 11.092/2006, que altera a Lei nº 14.063/2020 de Chaves Públicas Brasileira - ICP - Brasil.





CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM

BRÁS ZAGOTTO

CONTRATANTE

C.H.LOVATO COSSI ME

CARLOS H. L. N. COSSI

CONTRATADA

Testemunhas:

“Feliz a Nação cujo Deus é o Senhor”

Portal da Câmara
www.cachoeirodeitapemirim.es.leg.br

Processo Legislativo
<http://nopapercloud.cachoeirodeitapemirim.es.leg.br>

Transparência
www.transparencia.cachoeirodeitapemirim.es.leg.br/



Autenticidade do documento em <http://www.cachoeirodeitapemirim.es.leg.br/nopapercloud> com o código de verificação 01003668801853585823003640962540052064109. Documento assinado digitalmente conforme a Lei nº 11.092/2006, art. 4º da Lei nº 14.562/2022 e a Resolução nº 10.031/2017 da Comissão Nacional de Valores Mobiliários (CVM) e a Resolução nº 27.312/2017 do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CAFRF) da Receita Federal do Brasil (RFB).
Públicas Brasileira - ICP - Brasil.





ANEXO I

| Item | Descrição | Quantidade |
|------|--|------------|
| 01 | Central de alarme com monitoramento via rede e telefone | 01 |
| 02 | Bateria 12 Volts | 02 |
| 03 | Sirene | 02 |
| 04 | Sensores | 12 |
| 05 | Cabo UTP (quantidade necessária para todas as instalações) | - |
| 06 | Controle de acesso | 01 |
| 07 | Fechadura 12 volts | 01 |
| 08 | Carregador para controle de acesso | 01 |
| 09 | Controlador de carga contínua para bateria | 01 |

Obs 01: Quaisquer intercorrências serão feitos chamados via telefone no horário necessário.

Obs 02: Todos os equipamentos que apresentarem problema deverão ser substituídos imediatamente pelo fornecedor, visto que se tratam de equipamentos locados.

Obs 03: Os itens 06, 07, 08 e 09 serão utilizados na porta do 2º andar (plenário) que é exclusiva para acesso dos vereadores.

“Feliz a Nação cujo Deus é o Senhor”





PRIMEIRA PRORROGAÇÃO AO CONTRATO 08/2021
Contratação de empresa especializada na execução de Serviço
alarme (locação) para o prédio da Câmara Municipal de
Cachoeiro de Itapemirim e fechadura eletrônica para a porta
do 2º andar (plenário) que é de entrada exclusiva dos
vereadores.

CONTRATANTE:

CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda sob o número 31.723.265/0001-41, instalada na Pça Jerônimo Monteiro, n.70, Centro, Cachoeiro de Itapemirim, Estado do Espírito Santo, neste instrumento representado por seu Presidente o Sr. Bras Zagotto, inscrito no CPF sob nº ***.188.037-**, daqui por diante designada simplesmente **CONTRATANTE**:

CONTRATADA:

C.H.LOVATO COSSI ME pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ o nº 00.410.869/0001-04, com sede na rua Paulo Roberto Campos, nº 02-08, bairro Vila Rica em Cachoeiro de Itapemirim - ES, neste instrumento representado pelo Sr. Carlos Henrique Lovato Nascimento Cossi, inscrito no CPF sob o nº ***.126.237-**, daqui por diante designada simplesmente **CONTRATADA**.

As partes supraidentificadas ajustaram, e por este instrumento celebram o presente Termo de prorrogação, nos termos do Processo nº **6069/2020**, em conformidade com as disposições contidas no Contrato n.º 08/2021, e na Lei Federal n.º 8.666/93, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Este termo de prorrogação tem por objetivo prorrogar o Contrato Administrativo nº 08/2021, firmado em 05 de julho de 2021, nos termos do que dispõe a Lei Federal n.º 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR.

2.1 O presente termo de prorrogação será no valor de R\$ 280,00 (duzentos e oitenta reais) mês, totalizando R\$ 3.360,00 (três mil, trezentos e sessenta reais) para um período de 12 meses e nele encontram-se inclusos todos os custos de fornecimento,

“Feliz a Nação cujo Deus é o Senhor”






C.H.LOVATO COSSI ME

CONTRATADA

00.410.869/0001-047
C. H. LOVATO COSSI-ME

Rua Paulo Roberto Campos, 02-08
Vila Rica - CEP: 29301-043

CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM-ES

ANEXO I

| Item | Descrição | Quantidade |
|------|--|------------|
| 01 | Central de alarme com monitoramento via rede e telefone | 01 |
| 02 | Bateria 12 Volts | 02 |
| 03 | Sirene | 02 |
| 04 | Sensores | 12 |
| 05 | Cabo UTP (quantidade necessária para todas as instalações) | - |
| 06 | Controle de acesso | 01 |
| 07 | Fechadura 12 volts | 01 |
| 08 | Carregador para controle de acesso | 01 |
| 09 | Controlador de carga contínua para bateria | 01 |

Obs 01: Quaisquer intercorrências serão feitos chamados via telefone no horário necessário.

“Feliz a Nação cujo Deus é o Senhor”





SEGUNDA PRORROGAÇÃO AO CONTRATO 08/2021

Contratação de empresa especializada na execução de Serviço alarme (locação) para o prédio da Câmara Municipal de Cachoeiro de Itapemirim e fechadura eletrônica para a porta do 2º andar (plenário) que é de entrada exclusiva dos vereadores.

CONTRATANTE:

CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda sob o número 31.723.265/0001-41, instalada na Pça Jerônimo Monteiro, n.70, Centro, Cachoeiro de Itapemirim, Estado do Espírito Santo, neste instrumento representado por seu Presidente o Sr. Bras Zagotto, inscrito no CPF sob n° *****.188.037-****, daqui por diante designada simplesmente CONTRATANTE:

CONTRATADA:

C.H.LOVATO COSSI ME pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ o n° 00.410.869/0001-04, com sede na rua Paulo Roberto Campos, n° 02-08, bairro Vila Rica em Cachoeiro de Itapemirim - ES, neste instrumento representado pelo Sr. Carlos Henrique Lovato Nascimento Cossi, inscrito no CPF sob o n° *****.126.237-****, daqui por diante designada simplesmente CONTRATADA.

As partes supraidentificadas ajustaram, e por este instrumento celebram o presente Termo de prorrogação, nos termos do Processo n° **6069/2020**, em conformidade com as disposições contidas no Contrato n.º 08/2021, e na Lei Federal n.º 8.666/93, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Este termo de prorrogação tem por objetivo prorrogar o Contrato Administrativo n° 08/2021, firmado em 05 de julho de 2021, nos termos do que dispõe a Lei Federal n.º 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR.

2.1 O presente termo de prorrogação será no valor de R\$ 291,031 (duzentos e noventa e um reais e trinta e um centavos) mês, totalizando R\$ 3.492,38 (três mil, quatrocentos e noventa e dois reais e trinta e oito centavos) para um período de 12

“Feliz a Nação cujo Deus é o Senhor”





meses e nele encontram-se inclusive todos os custos de fornecimento, dentre eles, os encargos sociais, impostos, taxas, seguros, transportes, embalagens, licenças, despesas de frete, garantias e as demais despesas necessárias para o fornecimento do respectivo objeto.

De acordo com o Art. 57 e Art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93

CLÁUSULA TERCEIRA – Prazos

3.1 O prazo de duração do contrato terá início no dia 04/7/2023 com efeitos a partir de 05/07/2023 com duração até o dia 04 de julho de 2024.

CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO

Ratificam-se as demais cláusulas e condições do contrato original que não tenham sido alteradas por este termo aditivo.

CLÁUSULA QUINTA – DA PUBLICAÇÃO

A CONTRATANTE encaminhará extrato deste termo de prorrogação para publicação no Diário Oficial do Município, consoante disposição contida no parágrafo único do art. 61 da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA SEXTA – DO ÔNUS DA PUBLICAÇÃO

Caberão à CONTRATANTE as despesas que incidirem sobre a publicação do extrato deste termo aditivo.

E por estarem assim, justas e acordadas, firmaram o presente em 2 (duas) vias de igual teor e forma, comprometendo-se a cumprir e a fazer cumprir, por si e por seus sucessores, em juízo ou fora dele, tão fielmente como nele se contém.

Cachoeiro de Itapemirim - ES, 04 de julho de 2023.

CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM

CONTRATANTE

C.H.LOVATO COSSI ME

CONTRATADA

“Feliz a Nação cujo Deus é o Senhor”



